

## **O EMPREENDEDORISMO NAS ESCOLAS: UMA INVESTIDA DO EMPRESARIAMENTO DA EDUCAÇÃO**

A educação enquanto uma prática social complexa e abrangente, a qual se desenvolve através de concepções educacionais e práticas pedagógicas dos diferentes sujeitos sociais, permite que esta seja utilizada como uma ferramenta para a formação de um novo tipo de homem, entre eles o homem empreendedor.

Tal compreensão do processo de formação educacional se torna fundamental, pois em nossa sociedade há uma predominância de interesses e objetivos relacionados à formação para o mundo do trabalho, os quais se refletem nos projetos de formação humana. Essas formações são determinadas pelas bases materiais de produção, que assumem determinadas formas no processo de ensino aprendizagem, associadas à etapa do desenvolvimento das forças produtivas para formar os indivíduos adequados à divisão social e técnica do trabalho (KUENZER, 2011).

Sendo assim, o objetivo desse estudo perpassa a compreensão da investida da classe empresarial na formação de indivíduos empreendedores como uma alternativa a crise estrutural do capitalismo.

Segundo Souza e Lopez Junior (2011), os atuais contextos sociais altamente complexos em constante processo de mudança, instalado principalmente após a crise financeira mundial de 2008, levaram ao sistema capitalista a uma nova lógica produtiva, com novas demandas econômicas e sociais.

Entre essas novas demandas, têm se destacado a busca do desenvolvimento do auto-emprego, marcado principalmente pela noção do empreendedorismo. Esta nova demanda está relacionada ao padrão de acumulação toyotista ou da acumulação flexível associada às políticas neoliberais, no qual as noções de empregabilidade, competências e empreendedorismo se correlacionam dentro de um projeto de formação humana e social. Desta forma, Dias (2010) ressalta que “o discurso do empreendedorismo vem sendo propalado via setores dominantes da sociedade capitalista com o intuito de adequarem a classe trabalhadora com o projeto capitalista neoliberal de sociedade (p. 149)”.

Assim, o neoliberalismo atua em favor do empreendedorismo, ao propaga-lo como alternativa para melhorar a condição de vida dos trabalhadores, levando o trabalhador a criar para si o seu próprio ofício, pois não há mais garantias de estar empregado (NOZAKI, 2015). Nessa mesma linha de pensamento, Dias (2010), salienta que, para atender as novas demandas decorrentes das mudanças constantes do mercado de trabalho, se faz necessário uma nova educação do trabalhador, pois a inserção do trabalhador no mercado não acontece agora somente pela via do emprego, mas também pelo auto-emprego.

Sendo assim, busca-se formar um novo trabalhador, que assuma o empreendedorismo como estratégia para combater o desemprego. O indivíduo deve desenvolver potencialidade empreendedoras para que obtenha sucesso profissional e pessoal, adequando-se às necessidades do padrão de acumulação toyotista/acumulação flexível e das políticas neoliberalismo (COA, 2013). Sob estas condições, partindo das competências individuais dos trabalhadores, o empreendedorismo se torna a principal alternativa para superar o desemprego estrutural e se garantir a empregabilidade.

Neste contexto, a educação se torna peça chave no desenvolvimento de competências ligadas ao empreendedorismo, para se formar o novo tipo de trabalhador necessário à ordem social vigente, sendo o ensino do empreendedorismo, segundo Ribeiro, Araújo e Oliveira (2012) “uma das possibilidades que a sociedade pode optar para enfrentar este panorama de redução de postos de trabalho na economia moderna (p.2)”.

Segundo Coa (2013) o ensino do empreendedorismo nas escolas vem se propagando muito rapidamente, devido “a necessidade de formar pessoas com espírito empreendedor, principalmente por meio da educação escolar em todos os níveis e modalidades de ensino (p.2)”, pois Segundo Silva, Alves e Bilessimo (2015):

O ambiente escolar é considerado uma entidade fundamental na formação do aluno empreendedor, pois é através dele que os alunos adquirem conhecimentos, práticas, noções de cooperação, participação e autonomia, que utilizarão por toda sua vida, seja ela profissional ou pessoal (p.23).

Desta forma, essa difusão do empreendedorismo nos ambientes escolares vem se materializando através de pesquisas e realização de projetos práticos que visam legitimar o modo de produção capitalista, tanto para sua manutenção como sua reprodução (COA, 2013).

A necessidade de se formar indivíduos com habilidades e competências empreendedoras, esta ligada a um discurso que as novas gerações devam ser preparadas para um futuro em que o emprego formal e as garantias trabalhistas estarão em extinção, de modo que essas gerações devam adquirir essas habilidades e competências empreendedoras para que os indivíduos resolvam seus problemas e possam gerar valor (COA, 2013).

Além disso, busca-se justificar o ensino do empreendedorismo pela necessidade de integração curricular das tecnologias e do empreendedorismo nas atividades didáticas, através da disponibilização de conteúdos didáticos em ambiente virtuais de aprendizagem, de modo a favorecer o aprendizado em qualquer hora e lugar. As propostas de aplicação do ensino do empreendedorismo na educação básica almeja contribuir com o preparo dos alunos para o futuro, no desenvolvimento de indivíduos mais proativo, criativo, flexível, inovador e com a capacidade de assumir riscos frente às necessidades. Acredita-se que, ao estimular que os alunos sejam futuros empreendedores, estes possam contribuir para o aumento do emprego e o desenvolvimento regional (SILVA; ALVES; BILESSIMO, 2015).

Segundo Bastos e Ribeiro (2011) “o empreendedorismo social tem como objetivo maior a maximização do capital social existente na realização de iniciativas, projetos e ações que possibilitam, para uma comunidade, cidade ou região, um desenvolvimento participativo (577)”. Além disso, esses autores defendem a ideia que é fundamental uma educação com foco na formação de empreendedores, baseada no estímulo ao aluno na busca e na experimentação da inovação, da criação de coisas novas, deixando a mente fluir e as ideias correrem soltas, até que essas possam se transformar em possíveis oportunidades perante aos “novos desafios impostos pela sociedade de modo geral e pelo mercado de trabalho em particular (BASTOS; RIBEIRO, 2011, p.580)”.

Para isso, os indivíduos devem ter um “espírito empreendedor”, que é caracterizado pela iniciativa, autoconfiança, motivação, persistência, capacidade de se arriscar e aceitar as consequências desse risco, de maneira destemida e perseverante para evitar, de todas as formas, o fracasso. Todas essas características permitiriam ao indivíduo possuidor desse perfil, tomar decisões responsáveis, controlando seu próprio

destino, mesmo diante de situações adversas, sabendo aproveitá-las para a obtenção de resultados favoráveis de maneira individual, assim como na liderança de equipes (COA, 2013).

Outra justificativa para uma educação empreendedora se relaciona a uma preparação para a gestão de carreiras profissionais, no qual uma intervenção formativa ao nível das competências empreendedoras favoreceria a adaptabilidade dos jovens na transição da vida escolar para a vida ativa, ao mundo do trabalho e a sociedade (MENDES, 2007).

Segundo Mendes (2007) para formação desses jovens empreendedores, principal beneficiário dessa educação na sua concepção, “é necessário articular um modelo de competências de empreendedorismo no contexto da orientação escolar e profissional com um currículo bem estruturado de formação em gestão (p.295)”. Tal formação articulada, deverá exercitar competências profissionais, pessoais, inter-pessoais, assim como interesses individuais, associando com “competências específicas, fundamentais para a análise do funcionamento dos mercados, iniciativas individuais e associativas e de criação de empresas (p.295)”.

Neste sentido, a adoção de uma formação empreendedora, de um “espírito empreendedor” transfere a responsabilidade ao indivíduo por se manter empregado, sendo propagado no campo educacional. Ramos (2001b) salienta que “a escolaridade e a formação se transformam, na verdade, numa aposta incerta, em que as perspectivas de emprego ou auto-emprego dependem, exclusivamente, de atributos individuais (p. 245)”. Esses atributos ou competências devem ser consumidos pelos indivíduos através de cursos de requalificação profissional (ALVES, 2008) ou desenvolvidos na própria educação básica.

Opera-se assim uma ideologia que atribui aos indivíduos a responsabilidade por sua inserção profissional, sendo apenas ele o responsável por seu fracasso ou sucesso (ALVES, 2008). Essa ideologia visa reproduzir na educação do novo trabalhador, a partir do empreendedorismo, as diretrizes impostas pelos organismos internacionais, através da inserção do “apreender a empreender” como quinto pilar para a educação, de modo inserir competitivamente o jovem no mercado, quanto para que ele próprio

apresente soluções às implicações decorrentes da globalização econômica, como o desemprego e a pobreza (SOUZA, 2006).

Segundo Souza (2006) “a educação empreendedora na escola seria uma estratégia de interiorização ou subjetivação da responsabilidade individual (p127)”, atrelada a uma adesão acrítica do campo educacional as formulações do campo empresarial para a formação do jovem trabalhador. O autor ainda conclui que:

[...] a educação empreendedora é um discurso que, sob o argumento da realização do sonho e do sucesso pessoal e profissional, apresenta-se como a solução para o “trabalho” do jovem, capaz de superar os desafios do desemprego e da pobreza. No entanto, concluiu-se que, dissimuladamente, seu resultado é a naturalização do jovem como um protagonista empreendedor, isto é, o único responsável tanto por seu emprego ou desemprego - e, desse modo, por sua sobrevivência - quanto pelo desenvolvimento econômico da coletividade a que pertence. Enfim, o discurso da educação do jovem para o empreendedorismo revelou-se, sobretudo, pragmático e ideológico, ao reforçar o individualismo próprio da racionalidade neoliberal. (SOUZA, 2006, p.129 -130).

Apoiado nessa racionalidade neoliberal que “privatiza tudo, inclusive também o êxito e o fracasso social (GENTILI, 1996, p.22)” e ainda sob a responsabilização do indivíduo pelo seu sucesso, que quando não alcançado é porque os indivíduos não souberam reconhecer e aproveitar as vantagens que o mérito e o esforço individual lhes oferecem (GENTILI, 1996), que o empreendedorismo vai sendo difundido na educação e na sociedade como a alternativa para superação das mazelas sociais e econômicas. Sendo assim, “a formação de jovens e trabalhadores empreendedores é uma proposta organicamente articulada ao projeto histórico do capital (COA, 2013, p.12)”.

É dentro desse projeto histórico do capital, sob o fetichismo de que, o empreendedorismo concebe poderes aos indivíduos dentro da atual conjuntura de supercompetição, que se propaga a ideia no campo produtivo e educacional, de que os indivíduos empreendedores são sócios e donos de seus empreendimentos, assumindo para si, riscos e vantagens do empreender, de modo a conquistar objetivos pessoais e organizacionais nas esferas produtivas.

Além disso, nessa conjuntura competitiva, se propaga discursos voltados para a responsabilidade social, de modo a desenvolver projetos empreendedores de viés comunitário, no qual a sociedade é responsável por propor soluções às questões sociais que as afetam. Juntamente a esses discursos, a formação do indivíduo empreendedor se pauta em valores como a competitividade e o individualismo, de modo a formar sujeitos

competitivos e ao mesmo tempo preocupados e responsáveis pelas questões sociais (COA, 2013). Sendo assim, é o indivíduo empreendedor que deve ser responsável por sua própria produção da existência, de acordo com as leis do mercado capitalista, apto a se adaptar a nova reorganização do mercado de trabalho, simultaneamente, preocupado com a diminuição da miséria humana. (COA, 2013)

No contexto atual do projeto histórico do capital, que as formulações empresarias para a educação vem ganhando materialidade e alcançando as diretrizes educacionais em âmbito nacional e regional. Segundo Martins (2009) desde o final do século XX, os intelectuais e as organizações do capital, entre eles o empresariado, tem assumido uma posição mais incisiva no processo de estabelecimento de bases políticas e sociais nacionais, para dar legitimidade às características mais recentes do capitalismo.

Suas intenções perpassam o desafio de manter “a posição de classe dominante-dirigente e apresentar possíveis “soluções” para os problemas gerados pelas políticas neoliberais (p.21)”, sendo necessário para isso reconstruir o padrão de sociabilidade existente, assim como atualizar as estratégias pré-existente e produzir novas estratégias de novo tipo (MARTINS, 2009).

Esse novo padrão de sociabilidade, resultou na reorganização da própria classe burguesa, na medida em que permitiu o surgimento de um amplo agrupamento de empresários que através de intervenções sistemáticas nas questões sociais, passa a atuar na ampliação dos horizontes de luta política para produzir essa nova sociabilidade necessária ao novo projeto histórico do capital (MARTINS, 2009).

Dentro do campo educacional, busca-se a valorização da educação escolar, de modo a atender aos requisitos de formações técnicas mais elementares demandadas pelos trabalhos mais simples, além de difundir valores e comportamentos sociais as futuras gerações de trabalhadores adequados a essa nova sociabilidade (MARTINS, 2009). Martins (2009) ressalta ainda que, os resultados dos índices de escolarização das massas nos países da periferia do capital indicam a urgência de alterações no projeto de formação humana, tanto nos aspectos técnicos, ligado à formação do trabalhador, quanto no ético-político, para garantir a consolidação do capitalismo em sua nova fase de organização sócio-político-econômica.

Sendo assim, classe empresarial defende uma perspectiva que busca “ampliar o acesso à educação escolar para a preparação de homens e mulheres para o novo século, ainda que sob parâmetros restritos (p.22)”. Tal perspectiva ganha materialidade através dos esforços imprimidos pelo capital na reorientação da educação das massas a partir da “Conferência Mundial de Educação para Todos, ocorrida em Jomtien, na Tailândia, em 1990, e a Cúpula Mundial de Educação, realizada em Dakar, no Senegal, em 2000, eventos coordenados pela UNESCO e pelo Banco Mundial (MARTINS, 2009, p.22)”.

A partir dos documentos elaborados nesses encontros e por esses órgãos internacionais, as propostas atuais curriculares de educação no cenário nacional instauram-se a partir da década de 1990, sendo esta, “uma reforma educativa autoritária e em consonância com o ajuste neoliberal tanto no plano institucional quanto no plano da concepção educativa (FRIGOTTO, 2001, p. 16)”. Frigotto (2001) nos explica ainda que, “no plano institucional, a educação de direito social e subjetivo de todos passa a ser cada vez mais encarada como um serviço a ser prestado e adquirido no mercado ou filantropia (p.16)”. Isso demonstra a relação da educação como meio de disseminação das ideologias dominantes por meio de instituições inerentes à classe dominante, entre elas o empresariado.

Um das ideias difundidas juntamente a essas orientações, que reforça a ideia da filantropia na educação, é que “o sucesso da educação dependeria do envolvimento e do empenho de “todos”, indivíduos e organizações (MARTINS, 2009, p.22)” e não só de um Estado provedor, de modo que a sociedade que deveria se tornar provedora. Sendo assim, “criatividade e a experiência empresarial, somadas à energia da “cidadania ativa” – os cidadãos voluntários –, passaram a ser apontadas como a força política da mudança na educação pública do país (MARTINS *et al.*, 2014, p.265).

Desta forma, as organizações da classe empresarial vão ser constituídas para pensar nas definições e nos ajustes a serem feitos na educação nacional, para atender os interesses do capital. Segundo Martins (2009):

Foi nesse contexto de definições que surgiu o organismo Todos pela Educação (TPE) portando propostas e enunciados para reorientar a Educação Básica no Brasil. O TPE foi criado, em 2005, por um grupo de líderes empresariais, verdadeiros intelectuais orgânicos, que se reuniram para refletir sobre a realidade educacional brasileira na atual configuração do capitalismo. O grupo verificou que a baixa qualidade da educação brasileira vinha trazendo sérios problemas para a capacidade competitiva do país, comprometendo também o nível de coesão social dos cidadãos. O grupo

concluiu que a “incapacidade” técnica e política dos governos na realização de políticas educacionais ao longo dos anos havia criado sérios problemas para os interesses do capital. Diante dessas constatações, os empresários criaram o TPE com a missão de mudar o quadro educacional do país, principalmente no que se refere à qualidade da educação. O projeto elaborado para impulsionar as ações do organismo foi denominado de “Compromisso Todos pela Educação” (p.22).

A partir da constituição dos Todos Pela Educação, seus representantes, vem buscando ocupar, cada vez mais:

[...] espaços significativos nos aparelhos do Estado, em cargos de direção em todas as instâncias de governo (federal, estaduais e municipais), nos Conselhos Nacional de Educação, em organismos internacionais, e por meio de parcerias nas redes públicas de ensino, de modo a fincar o caráter privatista, economicista e produtivista na educação pública (SILVA; MOTTA; 2017, p.33).

Desta forma, é a partir da constituição desse organismo especializado em produzir e difundir conhecimentos e ideias para a educação no país, que a classe empresarial vai buscar a elaborar metas, estratégias e cronogramas, para legitimar politicamente seu projeto no campo educacional e fortalecer nas próprias bases empresarias, a importância da atuação dessa organização dentro da sociedade civil e na formulação de políticas educacionais dentro do seio do Estado (MARTINS, 2009).

Tais ações buscam perpetuar “uma determinada leitura da realidade educacional e também uma determinada perspectiva para a Educação Básica (p.24)”, de modo que a classe empresarial assuma um protagonismo perante a sociedade na definição do projeto educacional e de um projeto de nação (MARTINS, 2009), na medida em que a classe empresarial também atua em outras “questões sociais”.

Desta forma, a classe empresarial almeja a:

[...] construção de novas subjetividades identificadas com o capital, no plano valorativo, e da elevação mínima do patamar de racionalidade da força de trabalho, no plano técnico-científico, viabilizando, mais facilmente, a difusão dos parâmetros da nova sociabilidade e a legitimação dos empresários como classe dirigente e dominante (MARTINS, 2009, p.26).

Sendo assim, a justificativa da classe empresarial para intervenção na educação perpassa o argumento de que:

[...] a eficiência educacional do setor público depende de aplicação de procedimentos gerenciais modernos. Apesar dos fatores que configuraram a realidade educacional do país, acreditam que a racionalidade do mundo dos negócios, emprestada à educação, seria a chave do sucesso. Além de alterar as práticas administrativas das escolas e das redes públicas, indicam também



que a mudança passa pelo reordenamento do trabalho educativo (MARTINS, *et al.* 2014, p. 266).

Nesta perspectiva, o pensamento pedagógico da classe empresarial pretende, dentro do plano ético-político, orientar a formação dos jovens da classe trabalhadora a partir da teoria do capital social, para se adaptar as referências do novo padrão de sociabilidade burguesa. Já no plano técnico-científico, objetiva desenvolver habilidades e competências instrumentais para a formação de mão de obra, pautadas numa atualização da teoria do capital humano (MARTINS, *et al.* 2014).

Esse pensamento pedagógico vai repercutir diretamente na finalidade do trabalho educativo envolvendo, desta forma, a ação docente. Os professores das escolas públicas deveriam preparar os alunos para os desafios da “sociedade do conhecimento” e “economia do conhecimento”, desenvolvendo competências úteis e funcionais a essa nova sociedade, para que os alunos se integrem ao mundo contemporâneo de forma produtiva e empreendedora (MARTINS; PINA, 2015).

Segundo Martins e Pina nessa perspectiva pedagógica o professor deveria:

[...] ensinar a partir das pedagogias do “aprender a aprender” como definido no projeto hegemônico de educação, distanciando o conhecimento sistematizado das necessidades humanas reais, oferecendo às massas trabalhadoras uma escolarização funcional às relações sociais capitalistas (MARTINS; PINA, 2015, p.105).

Sendo assim, seria função da educação, sobre a mediação do professor, desenvolver o capital humano e social a partir de um currículo prescrito, o qual ele se subordinaria juntamente as avaliações externas para tornar a escola eficaz (MARTINS *et al.*, 2014). Além disso, os professores devem agir como disseminadores da cultura empreendedora, de modo a estimular os discentes a empreenderem também (BASTOS; RIBEIRO, 2011).

Neste sentido, Martins *et al.* (2014) esclarece que essa investida na busca da mudança do trabalho docente, objetiva que o professor “atue rumo ao desenvolvimento da racionalidade instrumental dos alunos no processo de incorporação de certos valores morais (p. 268)”, mesmo que este professor não tenha clareza de seu papel dentro do projeto de educação da classe empresarial na ordenação do sentir, do pensar e do agir dos alunos alinhados com o projeto dominante de sociedade.

Segundo Martins, Tomaz e Pina (2013) “nessa perspectiva pedagógica, os fundamentos científicos se limitam à aplicabilidade imediata daquilo que é concebido como necessário ou útil (p.194)”. Sendo assim, há uma restrição na formação educacional da classe trabalhadora em âmbito nacional, assim como o estabelecimento de um consenso em torno de um novo projeto de sociabilidade, no qual a responsabilidade social, assim como a individualidade, se torna referência ideológica na construção de um novo projeto de nação.

Compreendemos, assim como Martins, Tomaz e Pina (2013) que:

[...] os projetos educacionais (também os artísticos, ambientais, etc.) são resultantes de uma intencionalidade inscrita nas práticas sociais concretas, sendo que sua forma e conteúdo sempre expressam uma interpretação da realidade e uma intencionalidade formativa. Portanto, os projetos educativos podem ser interpretados como respostas a uma dada realidade (p.184).

Sendo assim, este estudo conclui que a classe empresarial vem direcionamento a educação escolar e formação dos indivíduos envolvidos, sobretudo um modelo de formação ligado à lógica produtiva, assim como no desenvolvimento do empreendedorismo, que vem sendo implementado e expandido para uma ampla quantidade de colégios, o que pode limitar a práticas sociais concretas a uma determinada leitura da realidade, na medida em que impõe uma direção dos currículos, materiais didáticos e conteúdos a serem trabalhados pelo docente.

### **Referências bibliográficas**

ALVES, G. Toyotismo, novas qualificações e empregabilidade: mundialização do capital e a educação dos trabalhadores no século XXI. **Rede de Estudos do Trabalho**, 2008. Disponível em: <http://www.ia.ufrj.br/ppgea/conteudo/conteudo-2008-2/Educacao-MII/2SF/1-Alves2008.pdf> Acesso em: 20 de out. 2017.

BASTOS, M. F.; RIBEIRO, R. F. Educação e empreendedorismo social: um encontro que (trans)forma cidadãos. **Revista Diálogo Educacional**, Curitiba, v. 11, n. 33, p. 573-594, maio/ago. 2011. Disponível em: <https://periodicos.pucpr.br/index.php/dialogoeducacional/article/view/4438> Acesso em: 10 de jun. 2018.

COA, M. Educação para o empreendedorismo como estratégia para formar um trabalhador de novo tipo. **Revista LABOR**, nº 9, v.1, 2013. Disponível em: <http://www.periodicos.ufc.br/labor/article/view/6609/4833> Acesso em: 12 de out. 2017.

DIAS, G. P. Empreendedorismo e educação física: reflexões à sua apreensão/implementação na formação humana. **Motrivivência**, Ano XXII, nº 35, p. 147-165 dez./2010. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/motrivivencia/article/view/19731> Acesso em: 12 de jul. 2018.

FRIGOTTO, G. Prefácio. In: RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptações?** São Paulo: Cortez, 2001.

GENTILI, P. Neoliberalismo e educação: manual do usuário. In: SILVA, T. T.; GENTILI, P. **Escola S. A. : quem ganha e quem perde no mercado educacional do neoliberalismo.** Brasília: CNTE, 1996, p.9-49.

KUENZER, A. Z. Desafios teórico-metodológicos da relação trabalho-educação e o papel social da escola In: FRIGOTTO, G. (org.) **Educação e Crise do Trabalho: Perspectivas de Final de Século.** Petrópolis: Editora Vozes, 2011, p. 55-75.

MARTINS, A. S. A educação básica no século XXI: o projeto do organismo “Todos pela Educação”. **Práxis Educativa**, Ponta Grossa, v.4, n.1, p.21-28 , jan.-jun. 2009. Disponível em: <http://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa/article/view/467> Acesso em: 10 de jul. 2018.

MARTINS, A. S.; TOMAZ, A. S.; PINA, L. D. Empresários e educação: reflexões sobre o projeto educacional da federação das indústrias de minas gerais. **Educação em foco.** Juiz de Fora, v. 18, n. 1, p. 179-207, mar. / jun. 2013. Disponível em: [www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2014/06/texto-7.pdf](http://www.ufjf.br/revistaedufoco/files/2014/06/texto-7.pdf) Acesso em: 11 de jul. 2018.

MARTINS, *et al.* Intelectuais, educação escolar e hegemonia: análise das formulações empresariais sobre trabalho docente. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, nº 60, p. 260-272, dez, 2014. Disponível em: <https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8640559> Acesso em: 10 de jul. 2018.

MARTINS, A. S.; PINA, L. D. Crítica à concepção empresarial de educação: uma contribuição da pedagogia histórico-crítica. **Germinal: Marxismo e Educação em Debate**, Salvador, v. 7, n. 1, p. 100-109, jun. 2015. Disponível em: <https://portalseer.ufba.br/index.php/revistagerminal/article/view/12410> Acesso em: 11 de jul. 2018.

MENDES; A. R. O. Apontamentos sobre a educação para o empreendedorismo em Portugal. **Revista Portuguesa de Pedagogia.** Ano 41, nº3, p. 285-298, 2007. Disponível em: <http://impactum-journals.uc.pt/rppedagogia/article/view/1219> Acesso em: 15 de jul. 2018.

MOTTA, V. C. Investimento social privado em educação: desmonte do caráter público da educação. **Revista HISTEDBR On-line**, Campinas, n. 68, p. 323-337, jun, 2016.

Disponível em:  
<https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/histedbr/article/view/8644082/0>  
Acesso em: 15 de ago. 2018.

NOZAKI, H. T. Políticas educacionais no movimento das mudanças no mundo do trabalho: o caso do trabalho do professor de educação física. In: SOUZA, M. S.; RIBAS, J. F. M.; CALHEIROS, V. C (Org.). **Conhecimento em educação física: no movimento das mudanças do mundo do trabalho**. Santa Maria: Editora da UFSM, 2015, p.60-79.

RAMOS, M. N. **A pedagogia das competências: autonomia ou adaptações?** São Paulo: Cortez, 2001b.

RIBEIRO, R. L.; ARAUJO, E. A. S.; OLIVEIRA, E. A. A. Q. A contribuição das instituições de ensino superior para a educação empreendedora. **The 4th International Congress on University-Industry Cooperation**. Taubate, SP, Brazil. December 5th through 7th, 2012. Disponível em: <http://www.unitau.br/unindu/artigos/pdf387.pdf>  
Acesso em: 14 de jun. 2018.

SILVA, A. M.; MOTTA, V. C. A presença do empresariado na educação pública brasileira e a precarização de novo tipo do trabalho docente. **Educação em Revista**, Marília, v.18, n.2, p. 27-42, jul/dez, 2017. Disponível em: <http://www2.marilia.unesp.br/revistas/index.php/educacaoemrevista/article/view/7412>  
Acesso em: 5 de ago. 2018.

SILVA, C. A.; ALVES, J. B. M.; BILESSIMO, S. M. S. Empreendedorismo e Educação: Uma proposta para aplicação na Educação Básica. **I Seminário de Pesquisa, Pós-Graduação e Inovação**. Araranguá, 2015. Disponível em: <https://publicacoes.rexlab.ufsc.br/index.php/sppi/article/view/24> Acesso em: 15 de jul. 2018.

SOUZA, A. M. **Jovens e educação empreendedora: que discurso é esse?** Goiânia-GO. Universidade Católica de Goiás, 2006. (Dissertação de Mestrado em Educação).

SOUZA, E. C. L.; LOPEZ JÚNIOR, G. S. Empreendedorismo e Desenvolvimento: Uma Relação em Aberto. **Revista de Administração e Inovação**, São Paulo, v. 8, n. 3, p.120-140, jul./set. 2011. Disponível em: [https://ac.els-cdn.com/S1809203916304314/1-s2.0-S1809203916304314-main.pdf?\\_tid=a55c7a85-f9f9-4f6c-9284-4b5511324692&acdnat=1531164148\\_a1bb97ac9630f6dd3b31b92b44acff38](https://ac.els-cdn.com/S1809203916304314/1-s2.0-S1809203916304314-main.pdf?_tid=a55c7a85-f9f9-4f6c-9284-4b5511324692&acdnat=1531164148_a1bb97ac9630f6dd3b31b92b44acff38) Acesso em: 12 de jun. 2018.